

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DO AMBIENTE E DA AÇÃO CLIMÁTICA

Debate do Estado da Nação

AR, Lisboa, 15h00, 20 de julho de 2022

Senhor Presidente da Assembleia da República,

Senhoras e senhores deputados,

Portugal está em seca severa. As condições meteorológicas deste ano são extremas, constituindo um desafio ambiental, social e económico exigente.

Seis dos 10 anos mais secos ocorreram depois de 2000. Os últimos cinco anos hidrológicos registaram precipitação inferior ou próxima do normal – há meia década que não temos um ano chuvoso.

À escassez de precipitação juntam-se elevadas temperaturas. O mês passado foi o 3º junho mais quente desde que há registos. Maio de 2022 foi o mais quente nos últimos 91 anos.

A onda de calor porque acabamos de passar, conforme as regiões durou entre 6 e 16 dias. No Pinhão, atingiram-se 47 graus, um máximo absoluto naquela estação do Douro Vinhateiro. Em alguns locais, registaram-se temperaturas superiores ou iguais a 40 graus centígrados durante 10 dias consecutivos. Com estas condições, aumenta o perigo de incêndio.

A alteração do padrão climático associado a secas tornou-se mais frequente, mais intenso e atinge áreas cada vez maiores do nosso território. A seca é estrutural. Os estudos mostram que a precipitação em Portugal diminuiu cerca de 15%, prevendo-se que se reduza entre 10% a 25% até ao final do século.

O Governo tomou várias medidas de contingência para mitigar os efeitos da seca. Ainda em fevereiro, decidimos suspender ou limitar a produção de eletricidade num conjunto de barragens, para preservar outros usos, mais prioritários, da água.

Esta situação, sendo estrutural, exige soluções de fundo e permanentes. Temos de nos adaptar. Adaptar significa preservar e poupar. A água tem de ser usada com parcimónia, em casa, nos campos e nas fábricas. Tem de ser preservada nas suas fontes. E tem de ser reutilizada, para finalidades que não exijam a sua potabilidade.

Cerca de um hectómetro cúbico de água já é reciclada para rega de campos de golfe e para suporte de ecossistemas. Até 2030, é nossa intenção generalizar este princípio da reutilização, usando 20% da capacidade das nossas “fábricas de água”. Com a simplificação dos procedimentos ambientais, que consagraremos no Conselho de Ministros de amanhã, tornaremos mais fácil o licenciamento e o uso da água reciclada.

Nas zonas do País onde os desafios têm sido maiores e onde o stress hídrico é mais elevado, estamos a adotar medidas de fundo.

No Algarve, uma das zonas mais atingidas pela seca, estão em curso importantes investimentos ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência. Alguns dos projetos para evitar perdas no abastecimento urbano algarvio já estão em curso e outras candidaturas estão a ser avaliadas. A solução de tomada de água a partir do Guadiana para reforçar o sistema de Odeleite-Beliche está adjudicada e avançará para avaliação ambiental. Quanto à dessalinizadora, o Estudo de Impacto Ambiental já se encontra em procedimento de contratação pública.

O Plano de Eficiência Hídrica do Alentejo, por sua vez, aponta para a necessidade de banalizar a reutilização de água, de construir ou reabilitar captações subterrâneas e de reforçar as interligações de barragens.

Por último, em setembro avançaremos com a avaliação ambiental estratégica dos projetos de reforço do caudal na secção do médio Tejo. As soluções identificadas pela Agência Portuguesa do Ambiente consistem numa ligação em túnel ao Zêzere ou na construção de uma barragem no Ocreza.

Senhoras e senhores

Não podemos ignorar que vivemos num contexto de alterações climáticas com grande impacto na floresta e no aumento do risco de incêndio.

Assumimos a prioridade de transformar a paisagem e os espaços rurais. E transformando-os, transformaremos a floresta. Mas este processo demorará uma geração. A escala da paisagem e da floresta não é a dos ciclos políticos – é a da natureza.

Desde 2018, o Governo robusteceu o investimento na floresta e na prevenção de fogos rurais, tanto em recursos materiais como em recursos humanos. O reforço em

160 equipas de sapadores florestais, com um investimento de mais de 20M€ /ano, ou a compra de maquinaria pesada, com um investimento de mais de 22,5 M€, refletem-se em ações concretas de gestão de combustível, em mais de 85.000 hectares. A isto acresce o financiamento através do PRR de mais de 415M€ e através do PDR de mais de 536 M€ e a duplicação das verbas do Fundo Florestal Permanente.

Estão em curso reformas, das quais destaco o Programa de Transformação da Paisagem, com 270M € do PRR (que nos possibilitam criar áreas de gestão da paisagem e condomínios de aldeia) e o alargamento do BUPi, que já conta com 139 municípios aderentes. E ainda: a capacitação das Organizações de Produtores Florestais para a prestação de serviços de gestão florestal.

Temos de proteger a floresta e atribuir-lhe valor económico para cumprir o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2050, reduzir as emissões em mais de 85% e preservar a biodiversidade.

Senhoras e senhores deputados,

As razões para a crise energética são conhecidas. Aumento da procura de combustíveis fósseis, na recuperação económica pós-covid. Guerra na Ucrânia. Chantagem de Putin e cortes de fornecimentos de gás natural. Preços estratosféricos de petróleo e de gás natural. Repercussão no mercado da eletricidade, onde vigoram mecanismos de formação de preço marginalistas.

Portugal estava e está mais protegido do que boa parte dos seus parceiros europeus, graças à aposta em energias renováveis. Contudo, não está imune. Por isso, em boa hora, os chefes de Governo da Península Ibérica exigiram a criação de um mecanismo que limitasse os preços da eletricidade produzida a partir de gás natural.

O mecanismo proposto por Portugal e Espanha, e aprovado pela Comissão a 8 de junho, permitiu desligar a formação do preço da eletricidade na Península Ibérica do do gás natural. Os resultados estão à vista. O mecanismo, no primeiro mês, permitiu uma poupança média diária de 52,4 euros por megawatt/hora, ou seja, 18% de redução e um benefício líquido de 76 milhões de euros.

Num contexto europeu de sobressalto, conseguimos conter os preços da eletricidade. Segundo a ERSE, entre 2018 e 2022 registou-se uma redução acumulada de -115% nas tarifas de acesso às redes. Por outro lado, os consumidores domésticos de eletricidade observaram uma redução de -3,7% no preço final no mercado regulado. Finalmente, desde 2018 que se regista uma

trajetória de preços antes de impostos consistentemente abaixo dos da Área do Euro, da União Europeia e de Espanha.

Outras medidas que lançámos permitem-nos otimismo sobre a transição energética.

Ainda esta semana inaugurámos a cascata de barragens do Tâmega, que aumenta em 1.158 megawatts a capacidade de energia renovável do País.

Por outro lado, a forte aposta no solar permite-nos antecipar metas que só esperávamos alcançar em 2030. No último ano, entraram em funcionamento centrais solares que representam 700 megawatts de potência. Em 2022, além de termos quebrado a barreira dos 2000 megawatts já instalados, esperamos que entrem em funcionamento mais cerca de 1.200 megawatts.

No atual cenário de preços elevados, se todas as centrais solares atribuídas nos três leilões que promovemos estivessem em funcionamento, os consumidores portugueses beneficiariam de uma poupança de mais de 2,1 mil milhões de euros.

Lançaremos, em 2023, o grande leilão para produção de energia eólica em plataformas marítimas flutuantes. Este é um projeto que alterará radicalmente a nossa capacidade de produção renovável. Queremos um leilão que acrescente pelo menos 10 gigawatts à nossa produção (são quase 10 vezes a potência instalada no Tâmega). O leilão de energia eólica no mar será o mais ambicioso projeto de energias renováveis de sempre, em Portugal.

Sabemos também que temos um grande potencial na produção de hidrogénio verde e de todas as matérias-primas associadas (metanol, amónia e combustíveis sintéticos).

Em diferentes fases de preparação, temos sinalizados mais de 70 projetos de hidrogénio verde, que redundam num investimento próximo dos 10 mil milhões de euros. São projetos com diferentes dimensões, localizados um pouco por todo o País. Temos a profunda convicção de que, durante este mandato, seremos capazes de começar a exportar hidrogénio verde.

Senhoras e senhores deputados,

Os efeitos das energias renováveis não se restringem às dimensões ambiental e energética, pelas emissões evitadas e pela redução da dependência energética do exterior. A transição energética é central para o crescimento económico.

O aumento do investimento proporciona a criação de mais e melhor emprego. Além disso, criaram-se e criar-se-ão fileiras industriais e de serviços ligada à produção de equipamentos, em função da aposta que o país fez neste domínio.

Crescimento e sustentabilidade – são estes os nossos objetivos.

Obrigado.